

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ÁREA RURAL: O OLHAR DA PSICOLOGIA PARA UM QUESTÃO INVISIBILIZADA¹

Ana Julia Candida Ferreira

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, anajuliacandidaferreira@gmail.com;

Gislayne Cristina Figueiredo

Doutora em Psicologia, Professora adjunta de Psicologia social e comunitária – Departamento de Psicologia – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, gislaynecf@hotmail.com.

Resumo

Apesar da temática ser debatida em suas múltiplas facetas e a partir das performances e características das pessoas que as vivenciam, estudos evidenciam que os impactos das chamadas questões de gênero se apresentam de forma mais grave na área rural, sendo poucas as pesquisas enfocando as relações de gênero que atravessam os grupos humanos que fazem desse território seu espaço de vida. Com o fim de investigar como a Psicologia tem se debruçado sobre as questões de gênero na área rural, esta pesquisa se constituiu em uma revisão bibliográfica da produção acadêmica nos últimos cinco anos (2014-2020) no que tange à temática de Psicologia, gênero, mulheres e ruralidades. Foram encontrados um total de 14 artigos os quais, utilizando-se da Análise de Conteúdo, foram categorizados tematicamente, resultando em 4 categorias: 1) Identidade e Papéis de Gênero; 2) Saúde Mental; 3) Gênero, Produção e Trabalho; 4) Gênero e a Esfera Pública: Militância, Participação Política e Políticas Públicas. Apesar de identificarem especificidades nos papéis de

1 O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica da primeira autora, orientada pela segunda.

gênero, maior ocorrência de situações de violência e de agravos em saúde mental das mulheres no meio rural, os artigos privilegiam as questões individuais, desconsiderando os aspectos comunitários e coletivos ainda vigentes nesses espaços. Nesse sentido, a maioria apresentou propostas generalistas, desconsiderando as especificidades das mulheres rurais e utilizando-se referenciais urbanos para se referir a processos de subjetivação que ocorrem em um meio cultural e social distinto. Por fim, o baixo número de publicações encontradas indica a importância do desenvolvimento de novas pesquisas sobre esse tema.

Palavras-chave: Estudos de Gênero, Mulheres, População rural.

Introdução

As mulheres que fazem da área rural seu espaço de vida e de trabalho compõem um grupo vasto e heterogêneo, com diferenças significativas quanto à cultura, os valores, os modos de vida, as experiências, as formas de se ver o mundo. Incluem-se entre as mulheres do campo as agricultoras familiares, as quilombolas, as indígenas, as assentadas, as posseiras, as pertencentes a populações ribeirinhas, a comunidades extrativistas, de pescadores, e/ou coletores, as meeiras, sem-terra, entre outras (BRASIL, 2011).

Se as mulheres urbanas sofrem uma série de violências e exclusões, os estudos indicam que as da área rural são ainda mais invisibilizadas e estão mais expostas a uma série de violências, sejam físicas, psicológicas ou estruturais – o que é evidenciado na ausência ou na pouca disponibilidade, na área rural, de políticas públicas para suprir suas necessidades e as de suas famílias (BRASIL, 2011).

Assinalamos que a compreensão de gênero adotada no presente estudo considera seu caráter relacional, social e histórico, imbuído de relações de poder, interesses e negociações individuais e entre grupos. Gênero, para Butler (2015), é definido como um sistema de regras, práticas, convenções e normas sociais que incorporam a performance dos sujeitos, isto é, gênero é a forma como o sujeito se apresenta socialmente, quer seja de acordo com as normas que lhe foram impostas, ou de forma resistente a essas, sendo então constituído na gama de relações sociais. Gênero diz respeito as relações de poder construídas pelos costumes, pela cultura, pela política e pela religião, entre outros, os quais produzem internalizações - conscientes e inconscientes - de determinados lugares sociais (SCOTT, 1995). Nesse sentido, é possível compreender que os papéis de gênero vigentes em dada sociedade produzem processos de subjetivação e de construção de identidades.

Segundo o pensamento epistemológico binário popular, a masculinidade é associada com força, virilidade, dominação, provisão financeira, relacionada ao espaço público e de produção de saber cultural, enquanto o feminino está associado a passividade, ao espaço privado, à fragilidade e dependência, sendo aos sujeitos femininos reservado o lar e as atividades de cuidado (RABELLO, 2019). Assim, as construções sociais de gênero, de forma coextensiva com outros

marcadores sociais, como o de classe e o de raça, têm como uma de suas decorrências a produção de naturalizações quanto a papéis que são sócio-historicamente construídos, contribuindo para a manutenção de determinados lugares e relações sociais, servindo tanto de ferramenta para a dominação e controle das mulheres, quanto para que o sistema socio-econômico-produtivo continue funcionando sem questionamentos ou transformações significativas (FEDERICI, 2019; SAFIOTTI, 2015).

Nesse sentido, faz-se importante pensarmos as questões de gênero em coextensividade com os seus vários atravessamentos, entre eles a condição dessas mulheres de serem trabalhadoras rurais e pertencentes a populações do campo. A centralidade dessa ligação se evidencia ao considerarmos a proximidade das mulheres e da terra: Federici (2019) vai assinalar a similaridade do trato dado à ambas na sociedade capitalista, que se deve à importância de ambas – terras e mulheres – no processo de acumulação primitiva continuada do capital, bem como no fornecimento das bases reprodutivas de sustentação do sistema. Em função da essencialidade de ambas, estas passam por um estrito processo de controle, de dominação e de superexploração. Dessa forma, cabe se perguntar como essas duas superexplorações se sobrepõem, e como se dá a vivência de mulheres que tem sua vida ligada à terra.

No que tange às questões de gênero na área rural, Costa et al. (2017) vão assinalar que aspectos associados à forma como a rede de atenção em saúde está estruturada, incluindo a distância dos serviços e a dificuldade de acesso a esses, impacta diretamente na atenção às situações de violência vivenciadas pelas mulheres da zona rural. Já Leite et al. (2017) indicam que a dificuldade de acesso a políticas públicas nessa área está associada a um incremento no sofrimento psíquico, e que estes são significativamente maiores no caso das mulheres – o que pode indicar que a ausência de políticas públicas produz uma sobrecarga de trabalho para as mesmas.

Importante pontuar que a participação das mulheres na área rural é significativamente menor do que na área urbana, sendo que os índices de violência contra a mulher no campo são maiores do que os constatados nas cidades (FIGUEIREDO-VASQUEZ, 2009; COSTA et al., 2017). Por outro lado, a participação em movimentos sociais, como o MST, tem sido indicada como uma experiência que propicia relações

de gênero mais igualitárias, levando a formas alternativas de se lidar com as questões de gênero e com a violência (MST, 2015).

Frente à centralidade dos papéis de gênero socialmente vigentes nos processos de subjetivação e de constituição de identidade das mulheres, na construção de suas relações pessoais, familiares, comunitárias e de trabalho, nas situações de violência e de violação de seus direitos, entre outros, faz-se importante conhecer as contribuições da Psicologia para pensar essas questões, principalmente no que diz respeito às mulheres da área rural. Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi realizar uma análise de conteúdo da produção acadêmica da Psicologia no que tange à temática de Psicologia, gênero, mulheres e ruralidades.

Metodologia

Este estudo consiste em uma revisão sistemática da produção acadêmica da Psicologia sobre mulheres, questões de gênero e ruralidades, de modo a lograr entendimento do que a Psicologia tem produzido e falado sobre esses assuntos.

Para a busca dos artigos foram eleitas duas bases de dados: os Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), que são duas bases brasileiras que reúnem produções importantes para o campo da Psicologia no Brasil. Para a seleção dos artigos foi estabelecido como critério de inclusão: 1) terem sido publicados nos últimos cinco anos completos, isto é, dentre 2014 e 2020, e 2) que discutissem os temas Psicologia, Gênero e Rural/Ruralidade. Inicialmente, a pesquisa com os filtros retornou 18 artigos, e, após o levantamento inicial, passou-se a leitura dos resumos desses artigos, com o objetivo de verificar se os mesmos atendiam aos critérios de inclusão na amostra. Ao final, a amostra compôs-se de 14 artigos. É importante pontuar que todos os artigos foram lidos integralmente e buscou-se destacar: objetivo, metodologia, abordagem psicológica adotada, principais conclusões e possíveis categorias de inclusão.

Para a análise do conteúdo dos 14 artigos, optou-se pela categorização temática destes (Bardin, 1977). A partir da análise, emergiram 4 categorias, a saber: 1) Identidade e Papéis de Gênero; 2) Saúde Mental; 3) Gênero, Produção e Trabalho; 4) Gênero e a Esfera Pública: Militância, Participação Política e Políticas Públicas. Abaixo, são

apresentados os artigos de acordo com o principal tema discutido em cada um deles, conforme identificado durante a análise.

Resultados

Identidade e papéis de gênero

Dentre os artigos encontrados, três deles tratavam de forma mais aprofundada sobre o tema de identidade e papéis de gênero. Pizzinato et al. (2015) se propuseram a analisar os discursos, por meio de entrevistas e composições fotográficas de jovens mulheres para compreender como as construções simbólicas de gênero atravessam os planos e projetos de vidas destas. De forma geral, os projetos de vida das jovens mulheres transitaram entre a dicotomia composta por projetos de vida voltados à educação e à comunidade rural, e projetos de vida que subvertem as relações tradicionalmente estabelecidas de gênero e família.

No que tange aos modelos de relacionamentos amorosos, há uma transitividade entre modelos tradicionais e alternativos, em que as jovens, mesmo desejantes de casarem em uma igreja, em um molde tradicional, não abrem mão de uma possibilidade diferenciada, concebendo relacionamentos de longo prazo em outros formatos, nos quais apenas “se juntam” e fazem uma festa mais simples. As meninas mais jovens possuem uma concepção de trajetórias de vida mais subversivas do que as mulheres mais velhas, dizendo que preferem estudar, trabalhar, serem independentes financeiramente para depois se casarem, mas, ainda assim, muitos dessas trajetórias preconizam a participação de um homem em alguma medida, sendo marido ou companheiro, como que para afirmar essa identidade feminina, reforçando os modelos heteronormativos de constituição de família (PIZZINATO et al., 2015).

Em outro artigo dos mesmos autores, Pizzinato et al. (2016) atentam para a concepção engessada que estas mulheres possuem sobre as funções de gênero. Os discursos das jovens mulheres ainda são permeados de tradicionalismos e esparsas chancelas de empoderar-se e ir contra as formas de ser mulher apreendidas durante a vida, sendo assim, ambos os entendimentos coexistem em suas falas, em que desejam sim lograr independência financeira e um ensino superior completo, ao passo que desejam constituir família e exercer o papel

de mulher do lar que aprenderam durante suas vidas (PIZZINATO et al., 2016).

Já Gomes, Nogueira e Toneli (2016) realizaram uma análise bibliográfica dos artigos com a mesma temática desta categoria. Segundo eles, a falta de tempo ainda é um dos principais impedidores das mulheres em se engajarem em outras atividades sociais e econômicas, o que decorre da hegemonia de papéis tradicionais de gênero, como os relatados pelos autores anteriores, em que as mulheres encontram-se vinculadas à casa, a família e cuidado dos filhos, sendo que o lazer destas mulheres não se dissocia das atividades domésticas.

Saúde mental

Na categoria temática de saúde mental, foram seis os artigos que trataram sobre o tema. Leite et al. (2017) dedicou-se a compreender a saúde mental por meio de uma perspectiva de gênero. Os autores apontaram que foram três as principais categorias de queixas relacionadas ao sofrimento. A primeira envolveu a demasiada carga de trabalho em torno da casa, uma vez que estas mulheres possuem duplas jornadas de trabalho, o que aumenta o sofrimento devido à sobrecarga. A segunda queixa tratou da violência específica de gênero: agressões físicas, verbais e psicológica foram os relatos mais recorrentes pelas entrevistadas na pesquisa. A terceira diz respeito aos estressores relacionados à rotina, como a morte de algum familiar, êxodo rural de algum conhecido, complicações na saúde, gestação, criminalidade, abusos sexuais e vulnerabilidade financeira. Em todas essas categorias, as mulheres relatam adotar algumas estratégias para lidar com essas questões, tais como: uso de substâncias psicoativas, apoio da família, e a religião.

O trabalho também poder ser tanto um fator agravante do sofrimento quanto liberador, no sentido de que pode contribuir para a independência financeira das mulheres, além de ser uma forma de fuga da rotina doméstica (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2015). Na mesma esteira de pensamento, Maciazeki-Gomes et al. (2019) também salientam, em seus achados, que as mulheres ainda exercem muitas tarefa dentro e fora da casa, sendo sobrecarregadas física e emocionalmente.

Quanto à saúde mental relacionada à ideação suicida em assentamentos rurais no Piauí, Macedo, Silva e Bezerra (2018) lançaram

mão de questionários e inventários que medem esse fator. 21% dos entrevistados ficaram acima do ponto de corte, podendo ser relacionados com o indicativo de TMC.

Macedo et al. (2016) investigaram o consumo de álcool por moradores de dois assentamentos rurais. De acordo com a pesquisa, os homens consomem de quatro a cinco vezes mais do que as mulheres, e de forma mais problemática. Por outro lado, mesmo que não tenha sido encontrado um padrão de consumo problemático entre as mulheres, o consumo de álcool entre elas tem crescido na região nordeste, onde há o maior índice de consumo no país.

Quanto a essa categoria, fica explícita a correlação entre o sofrimento das mulheres e o trabalho doméstico, à dupla jornada de trabalho, aos filhos, à violência baseada nos estereótipos de gênero. Esses papéis de gênero tradicionalmente atribuídos impactam muito mais na saúde da mulher do que do homem.

Gênero, produção e trabalho

Quanto ao tema de gênero, produção e trabalho, foram cinco os artigos que versaram sobre o mesmo. Maciazeki-Gomes et al. (2019) analisaram as narrativas de mulheres trabalhadoras rurais e suas percepções sobre a produção de subjetividade, por meio de suas vivências relacionadas ao espaço da casa, da propriedade e dos movimentos sociais. As mulheres reproduzem um discurso tradicional sobre a herança das terras, direcionados aos filhos homens, para que estes possam habitá-la com suas respectivas esposas. A permanência das mulheres no campo aparece sempre vinculada ao casamento.

Outro fator interessante é que, no discurso das mulheres, a formação educacional formal aparece como um elemento sobremodo importante, não mais secundário como era em suas famílias de origem, sendo esse o elemento crucial para auxiliar seu ingresso no mercado de trabalho e lhes darem a possibilidade de serem financeiramente independentes, além terem sua identidade associada a outros significantes para além do trabalho doméstico.

Pizzinato et al. (2015) apresentaram que o conceito de trabalho produtivo foi associado ao masculino e ao espaço público, enquanto o trabalho realizado dentro de casa foi relacionado à identidade feminina. Quanto às representações de trabalho relacionadas às questões de gênero, suas relações não se mostraram imóveis. O pai que

trabalha muito é aquele associado ao trabalho público e à produtividade, podendo assumir a figura de indolente e preguiçoso caso não o faça. Já as mulheres que também são mães tiveram suas representações simbólicas transitando entre maternidade, casamento e trabalho doméstico, além de serem vistas como “melhores amigas”, uma vez que ocupam o lugar de troca de intimidades com filhas e netas.

Salvaro, Estevam e Felipe (2014) buscaram investigar de que forma as mulheres participam de cooperativas virtuais. Pelo fato de as mulheres poderem assumir diversas formas de participação nas cooperativas, há um rompimento nos moldes tradicionalistas e hierarquizados de gênero. O trabalho doméstico é desempenhado em horários alternados ao trabalho nas cooperativas, sendo que este último tem prioridade uma vez que viabiliza o sustento da família.

Quanto aos sentidos dados ao trabalho, Santos e Merlo (2019) propuseram-se a relatar uma experiência vivida, por meio de dados etnográficos, em um acompanhamento de mulheres agricultoras. Segundo os autores, nos discursos das mulheres, foi muito difícil separar o trabalho da vida, sendo que ambos aparecem sempre justapostos no discurso. Além disso, como visto em outros artigos, as mulheres reivindicam mais reconhecimento e valorização do seu trabalho, uma vez que não implica somente no cuidado relativo ao campo, mas também sobre os cuidados com a casa, com os filhos.

Gomes, Nogueira e Toneli (2016) trazem que a execução, pelas mulheres, de algum tipo de atividade laboral foi associada ao ganho de autonomia da posição tradicionalmente colocada a mulher, de submissão e papéis secundários, uma vez que, na agricultura orgânica e sua comercialização, essas adquirem mais independência econômica, podendo tomar as decisões relativas ao trabalho exercido.

Gênero e a esfera pública: militância, participação política e políticas públicas

Sobre essa categoria, cinco foram os artigos que falaram sobre o tema. Costa-Fernandez e Munoz (2019) investigaram os discursos e os modos de subjetivação de mulheres participantes do Programa Bolsa Família (PBF) no contexto rural. Ao analisar os discursos das mulheres, puderam perceber a forte associação do ser mulher com o ser mãe, em que esta desempenha o papel de cuidado, criação, educação, realizando os afazeres domésticos, sendo valoradas enquanto boas ao

serem pacientes, presentes, carinhosas. Quanto ao PBF, a renda que ele possibilita às mulheres as afasta da pobreza extrema, dando mais independência familiar quanto à satisfação das necessidades fundamentais, trazendo dignidade aos beneficiários.

Já Chavez e Landini (2016) investigaram as contribuições que o Programa de Inovação Agropecuária Local (PIAL) apresentou quanto a melhora dos níveis de igualdade de gênero no campo em uma província cubana. Para implementar a estratégia de trabalhar gênero no PIAL, uma estratégia, com três etapas, foi desenvolvida: sensibilização (relativa à importância de trabalho da temática de gênero dentro do programa), diagnóstico (das demandas e dos problemas vivenciados na província) e capacitação (com a promoção de estratégias para resolução das demandas levantadas). De forma geral, pôde-se perceber que o Programa viabilizou o equilíbrio das relações de poder dentro das famílias. Ademais, foi possível observar uma maior participação ativa das mulheres em diferentes atividades, decorrente da atuação do Programa.

O artigo de Oliveira e Leite (2016) discorre sobre a militância das mulheres. Dentre as associações feitas pelas mulheres estavam: contribuição com a reforma agrária, esperança, reconhecimento, transformação, conscientização e luta. Quanto ao sentido de luta, os autores mencionam que a militância surge na vida das pessoas como uma forma de tornar-se sujeito. O MST, para essas mulheres, serviu como uma ferramenta de exercerem-se enquanto sujeitos de direito. As mulheres entrevistadas, segundo os autores, parecem ter rompido com os papéis tradicionais de gênero. Contudo, essa posição não vem sem riscos, pois passam a sofrer agressões políticas junto aos homens do assentamento.

Quanto às mulheres e sua relação com a política, Gomes, Nogueira e Toneli (2016) apresentam que o protagonismo feminino nos espaços políticos está vinculado a participação dessas em movimentos sociais, na gestão governamental local, bem como em sindicatos e cooperativas. As mulheres que participam desses movimentos e lutam na linha de frente por direitos estão associadas à figura de uma mulher trabalhadora rural distinta e distante da figura tradicional vinculada a casa, e aos serviços domésticos e de criação de filhos. Além disso, os autores salientam que discutir gênero nos contextos rurais tem sido crucial uma vez que se trata de um local de recorrentes disputas, logo, a relação entre gênero e ruralidade precisaria de um enfoque

interseccional. Além disso, para Maciazeki-Gomes et al. (2019), a participação em movimentos sociais tem sido encarada como algo passado de mãe para filha, sobretudo em decorrência da maior participação política das mulheres nas atividades relacionados a assentamentos rurais.

Psicologia e ruralidades: algumas reflexões

Inicialmente, assinalamos que os artigos levantados apontam que a mulher pertencente à população rural se encontra em uma condição de maior vulnerabilidade do que as mulheres da zona urbana. No geral, os artigos confirmam os achados de trabalhos anteriores, mormente no que diz respeito aos papéis assumidos pelas mulheres na zona rural e as expectativas daí decorrentes, da sobrecarga e dupla e/ou tripla jornada dessas mulheres.

Outrossim, os artigos assinalam algumas modificações nas relações de gênero, principalmente no que diz respeito às mulheres que participam de movimentos sociais organizados, o que possivelmente lhes propicia espaços de reflexão e problematização dos papéis e relações de gênero vigentes em nossa sociedade.

Quanto às conclusões dos artigos, é importante ressaltar que, mesmo que a maioria tenha apresentado propostas generalistas e sem genuína consideração das especificidades das mulheres rurais, alguns deles apresentaram propostas específicas a serem promovidas, como Macedo et al. (2016) que apresentaram algumas reflexões que podem guiar a atuação de profissionais da saúde no que tange à essa questão, enfatizando a necessidade de investimento governamental em políticas públicas e em mecanismos de formação educacional das assentadas; e Leite et al. (2017) que apresentam algumas sugestões de como promover políticas públicas relacionadas com as questões de gênero, de modo a promover a autonomia e o bem-estar das mulheres assentadas.

Quanto ao aporte teórico, pôde-se perceber que os trabalhos são marcados pela interdisciplinaridade, por mais que sejam da área de Psicologia. Conhecimentos das áreas de antropologia, filosofia, sociologia e saúde são frequentemente trazidos para a discussão nos artigos lidos. Entretanto, uma dificuldade encontrada foi a falta de representantes teóricos da Psicologia, bem como especificação da abordagem teórica psicológica adotada para construção das análises.

Além disso, percebeu-se que os artigos encontrados, majoritariamente, focam em questões individuais, isto é, se baseiam em uma teoria com base em tradições individualistas e não coletivistas como é a da população rural. Esse modelo precisa de modificações tendo em vista que as várias populações rurais ainda possuem um modo de vida que se baseia na coletividade. Além do mais, muitos artigos não consideram as especificidades das diversas populações rurais, analisando os dados e os relatos tendo por base as características da cidade, além de encarar esses mesmos relatos sob um olhar clínico. Neste sentido, enfatizamos que os psicólogos que atuam na realidade rural possam conhecer mais e respeitar as características específicas da população assentada, pensando em outros modos de se inserir e auxiliar a população para além do olhar clínico, patologizante e psicologizante.

Considerações finais

Como dito, o intuito desta pesquisa fora contribuir com a literatura sobre Psicologia, gênero e ruralidades. Assinala-se que a quantidade de artigos encontrados e a relevância do tema indicam que ainda se faz necessário um maior avanço nas pesquisas nessa área. Além disso, percebeu-se que os artigos encontrados, majoritariamente, focam em questões individuais, isto é, se baseiam-se em teorias que desconhecem os aspectos coletivos ainda muito presentes na cultura, na vivência e nos modos de subjetivação da população rural.

Nesse sentido, ainda que já haja um acúmulo teórico que questiona as origens elitistas da profissão, bem como seu embasamento ainda majoritariamente clínico, individualista e psicologizante, e que problematiza suas bases epistemológicas que tomam como padrão de humanidade o indivíduo do sexo masculino, homem e branco, concluímos que ainda há extensos grupos sociais aos quais a Psicologia ainda precisa dedicar um olhar mais cuidadoso, ampliando suas preocupações para além das populações urbanas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BRASIL, **Programa Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta**, Brasília, 2011. Disponível em: <https://>

www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mulheres-do-campo-e-da-floresta-diretrizes-e-acoes-nacionais#:~:text=As%20diretrizes%20e%20a%C3%A7%C3%B5es%20para,II%20Plano%20Nacional%20de%20Pol%C3%ADticas. Acesso em: 12 mai 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. (9a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Trabalho original publicado em 1990.

CHAVEZ, H. R. R.; LANDINI, F. Experiencias y Buenas Prácticas de Equidad de Género en el Programa de Innovación Agropecuaria Local en la Provincia de Granma, Cuba. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 335-347, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549-2016000300007X&ln-g=pt&nrmiso. Acesso em: 28 abr 2021.

COSTA, M.C.; SILVA, E.B.; SOARES, J.S.F.; BORTH, L.C.; HONNEF, F. Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 2 (2017). Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/59553>, acesso em 07 ago 2019.

COSTA; M.G.S.G.; DIMENSTEIN; D.; LEITE, J. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Rev. Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 89-156, abr/jun 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413=294-2014000200007X&script=sci_abstract&tlng=es, acesso em 06 set 2018.

COSTA-FERNANDEZ, E.; MUNOZ, C. A. B. Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 35-42, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v31i1/5581>. Acesso em: 28 abr 2021.

DA GRACA COSTA, M.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. Estratégias de cuidado e suporte em saúde mental entre mulheres assentadas. **Rev. colomb. psicol.**, Bogotá, v. 24, n. 1, p. 13-28, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15-446/rcp.v24n1.41968>. Acesso em: 28 abr 2021.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

FIGUEIREDO-VASQUEZ, G.C. A Psicologia na área rural: os assentamentos de reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia Ciência e Profissão**, nº 29 (4), p. 856-867, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282021779015.pdf>, acesso em 07 ago 2019.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, 2011, vol. 24, no 2, p. 111-120. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/2828>. Acesso em: 10 mai 2021.

GOMES, R. C. M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F.. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/180703102015v28n1p-115>. Acesso em: 28 abr 2021.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P. S.; DANTAS, C. B.; SILVA, E. L.; SOUZA, A. P. Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. **Av. Psicol. Latinoam.** Bogotá, v. 35, n. 2, p. 301-316, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4768>. Acesso em: 28 abr 2021.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7-34.

MACEDO, J. P. et al. Condições de vida, pobreza e consumo de álcool em assentamentos rurais: desafios para atuação e formação profissional. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 3, p. 552-569, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082016000-300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 abr 2021.

MACEDO, J. P.; SILVA, B. Í. B. M.; BEZERRA, L. L. S. Ideação suicida em assentamentos rurais no Piauí. **Psicol. pesq.**, Juiz de

Fora, v. 12, n. 3, p. 1-10, dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300506>. Acesso em: 28 abr 2021.

MACIAZEKI-GOMES, R. C. et al. Ação política e produção de subjetividade: a herança de terra, trabalho e participação política na produção de um éthos agricultora. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 24, n. 3, p. 305-316, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190031>. Acesso em: 28 abr 2021.

MST, **Feminismo camponês e popular com identidade e revolucionário**. Setor de Gênero do MST, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, A. B. F.; LEITE, J. F. Produção de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 181-190, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.1.181-190>. Acesso em: 28 abr 2021.

PIZZINATO, A. et al. Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 473-483, Dec. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p473>. Acesso em: 28 abr 2021.

PIZZINATO, A. et al. Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 247-255, Dec. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1484>. Acesso em: 28 abr 2021.

RABELLO, D. C. C. **Compreendendo as inter-relações entre gênero, sexualidade, família e religião na formação em Psicologia**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36054>. Acesso em: 10 mai 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. O.; FELIPE, D. F. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 390-405, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000262013> Acesso em: 28 abr 2021.

SANTOS, M. G.; MERLO, Á. R. C. Temporalidades rurais: trabalho feminino, sentidos e organização do tempo. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 199-216, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p199-216>. Acesso em: 28 abr 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, Jul. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 10 mai 2021.